

Ata n.º 2/2020

Sessão I / dois mil e vinte (primeira sessão ordinária, segunda reunião)

Ata da segunda reunião da primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique, realizada no dia nove de março e de dois mil e vinte. A primeira reunião desta sessão teve lugar em 28 de fevereiro de 2020. -----

No nono dia do mês de março de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal em sessão ordinária aprazada para as vinte e uma horas desse dia, para prosseguir a Ordem de Trabalhos iniciada em 28 de fevereiro de 2020: -----

3.2. Apreciação do relatório do auditor externo sobre a informação económica e financeira do município referente ao primeiro semestre de 2019; -----

3.3. Apreciação e deliberação da proposta n.º 01/AMM/2020 da Mesa, de recomendação à câmara municipal para comemoração do 25.º aniversário da morte da D. Maria Helena, mais conhecida pela população como Menina Helena (enfermeira do povo); --

3.4. Apreciação e deliberação da proposta n.º 02/AMM/2020 da Mesa, da moção conjunta dos presidentes das assembleias municipais do Algarve "Pelo Hospital Central do Algarve". -----

O edital, datado de 09 MAR 2020, contendo a Ordem de Trabalhos desta reunião constitui o [anexo I/06] às atas. -----

A Mesa da Assembleia constituiu-se com o seu presidente, CARLOS BRUNO CORREIA DE ALMEIDA, e pela segunda secretária, SÍLVIA BÁRBARA DUARTE PINTO NETO RODRIGUES SILVA, em observância ao disposto no n.º 1 do art.º 46.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

Estiveram presentes o presidente da Câmara, RUI MIGUEL DA SILVA ANDRÉ, os vereadores ARMINDA DE LURDES ANDREZ e JOSÉ MANUEL VARELA SOUSA CHAPARRO, eleitos pelo Partido Social Democrata (PSD); os vereadores PAULO JORGE DUARTE ALVES e HUMBERTO FERNANDES SÉRIO, eleitos pelo Partido Socialista (PS). -----

Pelas 21h15 a SEGUNDA SECRETÁRIA procedeu à verificação e registo das presenças e das faltas. -----

Encontrando-se presentes todos os membros convocados para a presente sessão, é o seguinte, o quadro de assiduidade: -----

Presenças	
PS	CARLOS BRUNO CORREIA DE ALMEIDA
PSD	GONÇALO ALBANO DOS SANTOS
PS	MAURO SALVADOR ALVES, em substituição de MARIA DA GRAÇA CERRO BATALIM DA MOTA
PSD	JOSÉ ARMANDO VICENTE RAMOS LOPES

PSD	PAULO ALEXANDRE DUARTE ROSA
Movimento Cidadãos Por Monchique (CPM)	CARLOS ALBERTO ALBANO ÁGUAS, em substituição de MARIA ELISA PÁSCOA DOS SANTOS LUIS
PS	MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS, em substituição de TERESA MARISA MATIAS DA CONCEIÇÃO GUERREIRO RODRIGUES
PSD	STEPHEN JOHN HUGMAN
PS	MARIA DE AIRES CAEIRO MARTINS
PSD	FERNANDO DA QUINTA ANTÓNIO
PS	SÍLVIA BÁRBARA DUARTE PINTO NETO RODRIGUES DA SILVA
PSD	JOÃO MIGUEL DIAS DA SILVA
Coligação Democrática Unitária (CDU)	ANTÓNIO JOSÉ DAS DORES JUSTINO
CPM	MIGUEL ALEXANDRE LOPES FERREIRA, em substituição de EURICO DA SILVA JOAQUIM
J F Alferce PS	JOSÉ MANUEL PEREIRA GONÇALVES
J F Marmeleite PSD	MARTA SOFIA TIAGO MARTINS
J F Monchique PS	JOSÉ GONÇALO NOBRE DUARTE SILVA

Faltas e justificações

PS	MARIA DA GRAÇA CERRO BATALIM DA MOTA	Registos 4 e 40 da correspondência registada em 28FEV2020 (*).
PS	ANA CRISTINA DO CARMO NUNES	Não justificou
CPM	MARIA ELISA PÁSCOA DOS SANTOS LUIS	Registo 44 da correspondência registada em 28FEV2020 (*).
CPM	EURICO DA SILVA JOAQUIM	Registo 45 da correspondência registada em 28FEV2020 (*).

(*) A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º 1 do art.º 29.º do RJAL, em conjugação com a alínea l) do n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, considerou justificada a falta. -

O mapa de presenças assinado pelos deputados municipais constitui o [anexo I/07]. -----

O PRESIDENTE DA MESA, verificando a existência de quórum, declarou aberta a reunião e deu entrada ao ponto: -----

3.2. Apreciação do relatório do auditor externo sobre a informação económica e financeira do município referente ao primeiro semestre de 2019 [anexo I/08]. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA disse que aquele documento que foi distribuído, foi um 'parto difícil'. O que constava resultou da análise que foi feita. Estavam a tentar com aquela experiência, aquele acompanhamento mais especializado, melhorar procedimentos. Ainda assim, revelava algumas questões que não eram favoráveis e que tinham de melhorar. Mostrou-se disponível para esclarecer e informar caso houvesse perguntas, pois não haveria muito a acrescentar ao documento. Muitas das coisas que estavam ali apontadas, no primeiro semestre foram corrigidas e para serem melhoradas no decurso do ano.

Obviamente, que a questão mais fulcral talvez fosse a questão da taxa de execução, sendo mais baixa e que é normal no início do ano, no primeiro semestre, pois era normal ser no segundo semestre que se acaba por fazer mais execução e os outros aspetos são de gestão. -----

A deputada municipal SÍLVIA BÁRBARA SILVA começou por fazer uma observação que já foi explanada pelo PRESIDENTE DA CÂMARA, uma vez que o documento peca por tardio. Devia ter sido entregue até ao final setembro do ano passado, como já tinha referido na sessão da Assembleia Municipal em setembro também. Iria mencionar alguns pontos questionando se alguma coisa já tinha sido feita ou não. Havia alguns comentários feitos pelos Revisores de Contas referindo que o município não procedeu à elaboração das demonstrações financeiras intercalares reportadas a junho. Deviam tê-lo feito e se, entretanto, posteriormente, aquando da execução daquele relatório já fizeram aquelas demonstrações financeiras ou não. Também era referido que no ano de 2019 o município mantém a situação do levantamento e inventariação do património, pelo que não foram feitos ajustamentos e questionou se foi feita alguma coisa ou não no segundo semestre, ou se a situação se manteve. A execução foi muito baixa, mas indagou qual era a concretização efetiva daquela execução, e se seria do orçamento total ou do corrente. -----

A VEREADORA ARMINDA ANDREZ disse que, derivado à altura em que o relatório chegou, embora algumas das situações tenham sido corrigidas durante o tempo em que estiveram lá os Revisores de Contas, mas o relatório chegou muito tarde e numa altura em que já estavam a fazer a preparação do novo sistema contabilístico, o que gera alguns constrangimentos. As pessoas na contabilidade não são muitas, como é sabido, e quando estão a fazer a preparação de mudança do sistema contabilístico e, na mesma altura, sair um relatório daqueles com o que devia ter sido corrigido... alguma coisa foi corrigida, não foi tudo, o ano ainda não estava fechado e ainda podia haver algumas coisas, mas não tem sido fácil para a parte da contabilidade, porque há duas pessoas que percebem realmente de contabilidade e não tem sido muito fácil. Pensava que até elaborar o relatório final, os revisores irão lá outra vez, e vão tentar fazer os ajustes que forem possíveis. -----

Finalizado o debate, uma vez que se tratava apenas de apreciação, deu-se entrada no ponto seguinte. -----

3.3. Apreciação e deliberação da proposta n.º 01/AMM/2020 da Mesa, de recomendação à câmara municipal para comemoração do 25.º aniversário da morte da D. Maria Helena, mais conhecida pela população como a Menina Helena (enfermeira do povo).

O PRESIDENTE DA MESA informou o Plenário que aquela proposta provém de uma petição entregue à Assembleia Municipal com 130 assinaturas [anexo I/09]. De acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, quando uma petição tem mais de 120 assinaturas, é obrigatório o agendamento do ponto. A Assembleia poderia apenas fazer uma proposta de recomendação à Câmara e depois esta terá o poder, de acordo com o Regulamento de Toponímia, de poder aplicar toponímia e outras questões similares. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA declarou não ter grandes comentários a fazer por se tratar de uma proposta remetida à Assembleia e, obviamente, aguardaria pelo veredicto dos membros e caso a proposta merecesse a aprovação, só poderia ter a sua concordância. Tratava-se de uma pessoa que era querida da população, que teve um percurso de vida exemplar no serviço à causa pública e às outras pessoas e, por isso, se for aprovada, tentarão dar o melhor seguimento. Há sempre a questão de distinguir um entre semelhantes e talvez ficasse sempre a questão de haver outros que mereçam tanto como aqueles, mas teria de haver uma postura de algum distanciamento em relação a isso, caso contrário não fariam

mais nada a não ser homenagear as pessoas. Ele próprio foi ajudado a nascer pela enfermeira Isaura, uma pessoa que merecia também um reconhecimento. Todos sabem que o trabalho em Monchique ligado à parte médica, seja ela de médicos ou de enfermeiros, é um tipo de medicina e de trabalho naquelas áreas que eram sempre diferentes das cidades. Um médico rural, há uns anos, era ele que ia de burro às extremidades do concelho e que fazia um trabalho excecional, muitas vezes a expensas próprias, para ajudar as pessoas. Quando foi a inauguração de homenagem ao Dr Humberto Messias fez questão de também vincar aquele aspeto, estavam a homenagear um dos melhores concidadãos e que tem feito muito por todos, mas haveria outros que mereciam igualmente um reconhecimento. Era sempre difícil reconhecer todos, mas se tiverem a capacidade e a inteligência de, naquela homenagem que esperava que fosse aprovada por todos, possam alargá-la e também nela reconhecer outros que mereceram da mesma forma, achava que era importante. Caso contrário, ficava desde logo a abertura para trabalharem em conjunto no sentido de homenagearem também os outros e fazerem também uma homenagem às pessoas que também tiveram um percurso semelhante, ainda que, e não querendo tirar qualquer mérito à menina Helena, como era chamada, era de facto uma pessoa com um percurso que se podia comparar com os outros, mas certamente era único e devia ser distinguido, exatamente por isso. Ficava, também, aberto a sugestões de como o fazer, podendo ser de várias formas, mas seria bom que dali saísse também alguma proposta de alguma ideia da forma como o fazer. -----

O PRESIDENTE DA MESA esclareceu que a proposta contém três questões que solicita à Câmara e será daí que resultará, depois da deliberação, será entregue à Câmara com essas três pretensões. Depois caberá à Câmara fazê-lo ou não, aumentar ou não, sendo já responsabilidade da Câmara. -----

O deputado municipal JOSÉ ARMANDO LOPES referiu não haver muito a dizer sobre a proposta em relação àquela pessoa que, naturalmente, os mais velhos que ali estavam, se recordavam muito bem do seu percurso de vida e de uma dedicação quase exclusiva a uma causa nobre. Reconhecida por toda a gente, foi uma senhora que viveu para Monchique e deu toda a sua vida em prol da comunidade onde vivia. Naturalmente, considerava que a sua aprovação era unânime por parte da Assembleia Municipal. Independentemente disso, e na sequência daquilo que o presidente da Câmara tinha dito, reconheceu a necessidade de um esforço da Câmara Municipal no sentido de dar seguimento àquilo que foi aprovado em relação à Menina Helena, mas também não seria apenas este o caso, mas igualmente de outras pessoas que foram reconhecidas como importantes em Monchique, concretamente, o Doutor Ventura, o Padre Ferro e, como sugestão, pensava que a Câmara Municipal devia analisar aquela questão e talvez aqueles todos, procurar da melhor forma, num momento que se considere mais oportuno, de levar à prática aquilo que se pretende em relação à homenagem daquelas três pessoas, podendo haver outra de que não se esteja a lembrar. Sabia que aqueles três já tinham sido aprovados. Sugeriu, assim, que se equacionasse tudo aquilo e considerar a melhor forma de homenagear todas aquelas pessoas. -----

O deputado municipal PAULO ROSA declarou não se lembrar de ter assinado o abaixo-assinado a fazer a proposta à Assembleia Municipal, mas é como se tivesse assinado, concordava inteiramente e sublinhou o facto de ser uma proposta que ascende do povo e, certamente, o povo reconheceu o valor e a dedicação da menina Helena ao povo de Monchique. As recordações que tem daquela não são as melhores, ou porque era para ajudar o Doutor Palma a arrancar os dentes ou era para lhe lancetar a mão de uma infeção, mas de qualquer forma as dores que lhe provocou, recorda-as com carinho porque já em

vida ela era uma pessoa muito respeitada e querida pelas pessoas. Ali tinham uma nuance muito agradável naquele louvor que se estava a fazer, na medida em que era o facto de a senhora ter morrido, porque ultimamente em Portugal a maior parte das condecorações envergonham quem as atribui, porque têm andado a condecorar muita gente manhosa e criminosa e ali estavam de plena consciência de que estavam a homenagear uma pessoa que dedicou mesmo a sua vida inteira ao povo de Monchique. E não havia dúvida de que as homenagens devem ser feitas com muita cautela e com alguma singularidade, pois não se deve abusar das homenagens, caso contrário corre-se o risco de as homenagens entrarem num ritual corriqueiro e perderem o seu valor. Dava, assim, os seus parabéns a quem teve a ideia daquela homenagem. -----

O deputado municipal FERNANDO ANTÓNIO deu os parabéns a quem fez a petição, dizendo achar que era uma justa homenagem. Chamou a atenção, porém, pois no seu entender os três pontos podiam não ser assim tão fáceis. Em relação ao Centro de Saúde julgava que era pertença da Casa da Misericórdia, pelo que não seria muito fácil mudar o nome para Maria Helena. A rua também seria difícil porque já tiveram essa situação com o escritor Manuel de Nascimento e também antecipou que não seria fácil. A colocação da placa da homenagem, uma vez que a casa pertencia a estrangeiros, era mais uma situação difícil. No entanto, pensava que seria de louvar uma placa de homenagem no Centro de Saúde e, indo mais longe, um busto ou algo parecido, porque ela merecia. Reforçou, assim, a dificuldade que aqueles três pontos poderiam ter e os três em conjunto seriam em demasia. Como tinha sido dito, há muito mais pessoas que merecem homenagem e não poderiam criar em todo o sítio de Monchique uma homenagem. Uma referência e uma homenagem à pessoa, concordava plenamente e o que lhe parecia mais aconselhável era no Centro de Saúde, uma homenagem com uma placa e talvez mais alguma coisa. -----

O PRESIDENTE DA MESA disse que a proposta da Mesa sobre aquele assunto era respeitante ao teor da petição, pois não tinham poderes para alterar aquilo que foi peticionado. Será a Câmara a decidir que tipo de homenagem fazer. Não passava de uma proposta de recomendação e a Câmara, a fazer, terá que ver e analisar todas as questões levantadas, pertinentemente, pelo deputado municipal precedente, e se serão viáveis ou não. Será uma responsabilidade da Câmara podendo também esta pedir uma opinião ou colaboração, devendo haver uma comissão para decidir aquelas questões. Esperava que, e como havia muitas ruas para se pôr nomes, que as pessoas à semelhança da menina Helena, que têm sido também emblemáticas, possam servir para tapar os buracos dos nomes das ruas que faltam. Não podiam fazer muito mais do que respeitar o teor da petição. Informou, ainda, ter assinado a petição e concordava e lembrava-se da menina Helena, porque também o ajudou a nascer e, pelo menos, durante 50 anos trabalhou e apoiou as pessoas de Monchique, tanto quanto se lembra. Não querendo com aquilo dizer que não houvesse outras pessoas que fossem merecedoras, mas concordava que não se podia entrar na vulgaridade das homenagens. Teria de, eventualmente, fazer algumas seleções porque algumas pessoas possam ser mais emblemáticas do que outras. Caso contrário começariam a vulgarizar as situações e depois acaba por não ter eficácia nenhuma. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA leu uma passagem do discurso de 16 de maio de 2010, na cerimónia da homenagem do Doutor Humberto Messias, integrado nas comemorações do dia da vila, que retrata a evocação de todas aquelas pessoas referidas: *"permitam-me neste dia de homenagem ao ilustre benemérito que invoque alguns nomes que também reuniram em si um amplo conjunto de qualidades que foram, e que são ainda hoje, reconhecidas pela população como um modelo referencial neste domínio da saúde e que, certamente, foram também uma referência para o Doutor Humberto Messias. Refiro-me ao Doutor Moreira, ao*

Doutor José Sousa Costa, ao Doutor Matos Coelho, ao Doutor Bernardino, ao Doutor Veríssimo, ao Doutor José Batalim, ao Doutor Palma, ao Doutor Samora Gil ou às nossas tão queridas Dona Isaura Ventura e menina Helena. Pessoas que são dignas das nossas mais nobres considerações e que devem fazer parte da nossa memória coletiva. Permitam-me também que, para além destas pessoas, que enumerei, preste aqui também hoje, uma justa homenagem a todos aqueles que fizeram e continuam a fazer da clínica rural do interior a sua profissão, com todas as suas dificuldades, o espírito de sacrifício, as caminhadas, as chamadas noturnas, os partos no domicílio, os perigos e as canseiras, um trabalho sem férias, sem feriados, sem horários, sempre às ordens e ao serviço do povo, muitas vezes sem esperar nada mais em troca do que o aplauso da sua consciência. Para todos esses e os mais recentes o Doutor António Lopes, o Doutor Rui Mariano, o Doutor Veloso, o Doutor Luís Filipe, a Doutora Conceição Leite, a Doutora Luciara Paiva, a Doutora Ana Paula do Vale, a Doutora Rosa Gonçalves, o Doutor Rudolf Matthias, o Doutor Vítor Ferreira e à nossa Delegada de Saúde, a Doutora Filomena, para além do restante pessoal auxiliar e enfermeiros". Referiu existir, pois, um histórico de pessoas locais que trabalharam em prol da saúde que não também merecedores de homenagem, tendo feito naquela altura uma referência pública sobre isso. -----

Terminadas as intervenções, passou-se à votação da proposta. -----

Deliberação: APROVADA por UNANIMIDADE. -----

3.4. Apreciação e deliberação da proposta n.º 02/AMM/2020 da Mesa, da moção conjunta dos presidentes das assembleias municipais do Algarve "Pelo Hospital Central do Algarve" [anexo I/10]. -----

O PRESIDENTE DA MESA explicou que a moção resultou da reunião ocorrida em 15 NOV 2019, em S. Brás de Alportel, e da problemática sentida na questão do Hospital Central do Algarve. A moção foi aprovada e assinada em janeiro. Há, assim, uma pretensão de continuar a debater as grandes questões regionais e a Saúde tem sido uma delas. Resultou, então, que na sessão ordinária de fevereiro, fizessem a aprovação daquela moção em todas as assembleias municipais do Algarve. Têm conhecimento de que as sessões ocorridas já o fizeram. No caso de Monchique não aconteceu em 28 FEV 2020, porque a sessão foi interrompida, estando a dar-se a continuidade agora. Daquela situação resultou que o Orçamento de Estado de 2020 já prevê, no plano plurianual, a construção do Hospital Central do Algarve durante a legislatura. Porém, não é por aquele facto que iriam parar de fazer o trabalho que lhes competia e de lutar para que os factos aconteçam. Disse ainda que, em 13 MAR pf, iriam ter outro encontro em Vila do Bispo e também ali será abordada a questão da saúde, por haver questões transversais a centros de saúde, hospitais e de outra índole e que importa terem algum trabalho sobre aquela matéria e fazerem chegar, a quem de direito, a sua voz e fazer sentir que há problemas que têm de ser resolvidos, tal como têm sentido em relação ao Centro de Saúde de Monchique. Problemas que são recorrentes e que tardam em resolver e que, caso não tenham resolução a breve trecho, caberá à Assembleia agir sobre aquela matéria. -----

O deputado municipal JOSÉ ARMANDO RAMOS afirmou tratar-se de uma moção, pelo seu conteúdo e importância, que merecia a aprovação de todas as correntes políticas, associações e instituições da região, da necessidade e urgência da construção do Hospital Distrital de Faro. Era um assunto recorrente, há vários anos se constatava a necessidade premente da sua construção, tendo havido ao longo dos últimos anos promessas de sucessivos governos do início da sua construção, não tendo o mesmo se verificado até à presente data. Fez notar, porém, ser uma pena que o Governo, ao longo do seu mandato,

tivesse posto na ordem do dia a necessidade e urgência de quatro ou cinco hospitais de cariz distrital, mas que destes, a ordem de prioridades não tenha respeitado o Algarve, colocando-o em último lugar. Tal representava, a não existir atraso na sua construção, que esta iniciar-se-á no final do mandato, e havendo atraso, nem se iniciará. Tal teria a ver, na sua opinião, com o facto de o Algarve ser, de alguma maneira, uma região periférica de Portugal, tem pouco peso do ponto de vista eleitoral, sendo importante na tomada de decisões. Dos cinco hospitais verificava haver a exceção de Évora, mas com Seixal e Sintra localizados numa zona de grande densidade populacional e extremamente influente nas decisões políticas. Assim sendo, o Algarve ficou relegado para uma posição secundária. Tal dever-se-ia ao facto de se andar a perder de há alguns anos àquela parte, uma liderança regional forte no sentido de ser capaz, junto do Governo central, de reivindicar e de conseguir para o Algarve uma solução que satisfaça os Algarvios. Achava, assim, importante aquela moção e a sua apresentação às Assembleias Municipais dos 16 concelhos do Algarve, no sentido de que seja aprovada e para que os responsáveis políticos e o Governo, em particular, reconheçam a necessidade e a urgência na construção do Hospital Distrital. -----

O PRESIDENTE DA MESA disse que que aquele hospital já tinha tido dois lançamentos de primeira pedra, o que é bastante revelador. Agora, pela primeira vez, está orçamentado, pois das vezes anteriores houve as inaugurações, mas nunca foi contemplado no orçamento. É algo positivo, mas quanto ao resto, precisava que se continuasse a lutar. ---

O deputado municipal PAULO ROSA quis dar o seu aplauso aos presidentes das assembleias municipais pelo esforço de apresentarem a moção. A construção do hospital é sempre o cumprimento de um direito das pessoas, mas um terceiro hospital no Algarve ou o melhoramento dos já existentes, para além de constituir o respeito pelos direitos fundamentais das pessoas, é também um investimento. No ano anterior, o Algarve teve o melhor ano de turismo de sempre e é uma tolice completa dispor de estruturas turísticas como em poucas partes do mundo e não ter as infraestruturas correspondentes em termos de apoio à Saúde. Naturalmente que se muitos dos estrangeiros soubessem as condições em que a Saúde no Algarve funciona, nem sequer iriam para lá. E todos os algarvios que já passaram pelas urgências do Hospital de Portimão ou de Faro, onde a situação ainda é mais caótica, podem constatar esse facto. Era, pois, um grande erro o Estado não fazer um investimento com retorno assegurado em termos de entrada de divisas. Reforçou o seu aplauso ao esforço e iniciativa da moção, assegurando que todos estariam do mesmo lado pela defesa da causa. Exemplificou, ainda, que quem partir um osso no Algarve tem de ir para Faro, existindo quatro ou cinco ortopedistas na região quando já foram perto de vinte, e isso diz muito sobre a situação caótica em que a Saúde está no Algarve. Não só é necessária a construção de um hospital ou o aumento dos já existentes, mas também serem dotados dos recursos humanos e materiais necessários e que, naquele momento, não se verifica. -----

O PRESIDENTE DA MESA esclareceu que a moção, de facto, tinha todas as forças políticas representadas, como por exemplo, Silves, da CDU, e Vila de Real de Santo António, do PSD, que já a tinham aprovado, pelo que todos estavam a trabalhar no mesmo sentido, por se tratar de uma causa importante e justa como é o Hospital Central. Este é já uma velha ambição dos algarvios por três razões fundamentais: pelo facto de, sempre que existe um problema mais grave terem de ser transportados para Lisboa, pelo que é necessário dotar a região de serviços diferenciados; o facto de a existência do curso de Medicina justificar terem um centro hospitalar universitário, importante para desenvolver essa mesma formação; por fim, daí resulta também a maior capacidade de fixação de médicos, uma das

dificuldades sentidas. No seu entender, sendo contribuintes líquidos para o PIB na ordem dos 5%, o que representa muito dinheiro, um investimento daquela índole, embora exista o problema dos votos por terem apenas 450 mil habitantes, seria um retorno para a região que também contribui para a riqueza do país. É um facto que a população necessita das valências em falta, pois as urgências dos dois hospitais apresentam sérios problemas, com muitas horas de espera, pelo que se tratam de problemas que têm de ser resolvidos e talvez, só daquela forma o consigam fazer. -----

O deputado municipal JOÃO SILVA disse ter dúvidas quanto àquela construção, sendo uma opinião muito pessoal, e que tinha em conta vários parâmetros. Um deles era a localização e questionou em que medida era benéfico para os algarvios e, nomeadamente, para os habitantes do Barlavento. Tratando-se de um hospital que, se vier a ser construído, tudo indica que seja em Faro ou Loulé e indagou se tal não iria agravar as situações que se passam no Hospital do Barlavento). Nesta unidade continuam a perder-se sucessivamente várias especialidades. Este hospital deveria ter uma câmara hiperbárica que acabou por ir parar ao setor privado - deu como exemplo. Assim, apoiava a construção de um novo hospital, mas receia que essa nova construção vá colocar em risco aquilo que são as infraestruturas já existentes. Na sua opinião, deveria ser feita uma requalificação do Hospital de Portimão e um alargamento e uma requalificação do de Faro. O novo hospital não terá nada de universitário, pois nem sequer têm uma licenciatura em Medicina no Algarve e para os enfermeiros trata-se de um trampolim, pois são poucos os que lá permanecem. Por todas aquelas razões, apoia a construção, mas tem sérias dúvidas sobre o quanto não irá fazer prejudicar ainda mais as infraestruturas já existentes, estando muito reticente quanto à nova construção, mesmo estando consciente da sua importância para o Algarve. Deu ainda o exemplo de que o Presidente da Mesa referiu que ia ter uma reunião em Vila do Bispo e era sabido o estado em que se encontrava a Maternidade de Portimão, não havendo especialistas pelo que são reencaminhadas para Faro. Assim, uma parturiente tem que percorrer 116 km de Vila do Bispo até Faro, o mesmo acontecendo em tantas outras especialidades, como ortopedia e cardiologia. Reforçou sentir que é algo que tem de ser feito, mas que receia, enquanto algarvio e habitante do Barlavento, sobre o futuro do hospital. -----

O PRESIDENTE DA MESA referiu achar que o deputado, podendo ter o benefício da dúvida, não precisaria de ter medo, uma vez que, em termos de saúde e de médicos, os algarvios já estiveram melhor do que se estão atualmente. As valências não existem e têm de se deslocar a Lisboa em muitas situações e já há vários anos, sendo importante levar aquelas valências para o Algarve. E considerava que a construção do novo hospital levaria ao reforço de todos os hospitais da região. Um problema grave é, de facto, a dificuldade em manter médicos no Algarve, ficando os concursos desertos ou indo menos profissionais do que aqueles que são necessários. Não considerava, portanto, que a nova construção fosse colocar em causa aquelas questões. A pressão nas urgências talvez fosse reduzida se existissem centros de Saúde com outro nível. Era também uma questão de acreditar ou não. -----

A deputada municipal MARIA DE AIRES MARTINS disse, na qualidade de profissional de Saúde há quase 30 anos, considerar ser necessário o Hospital Central. É muito necessário e já está muito atrasado, acreditando que vá resolver os problemas de saúde da região. A razão de não haver especialistas no Algarve pode ter várias explicações e uma das mais evidentes relaciona-se com a crise económica que levou ao corte das horas extraordinárias, suplementos de horas, em horas de fim-de-semana e isso levou as pessoas a procurarem trabalho fora dos hospitais. Os especialistas começaram a ganhar mais nos hospitais

particulares e, por isso, os hospitais particulares de Gambelas, Alvor, Albufeira, Lagos, S. Gonçalo explodiram tão rapidamente nos últimos 10 anos. Quanto aos enfermeiros, alguns foram para o estrangeiro e outros também foram para os hospitais particulares, o que explica a falta de pessoal nos hospitais distritais de Faro, Lagos e de Portimão. Nos centros de Saúde a situação ainda é pior, com muita falta de pessoal, porque estão a receber o ordenado base, sem receberem os suplementos e horas a 100%, mas a 25%, por trabalharem ao fim-de-semana devido à crise de há uns anos. Em termos de cursos de enfermagem têm o Instituto Piaget em Silves e a Escola de Enfermagem de Faro. Têm também um mestrado, mas que é um curso de Medicina que está a atrair muita gente de muitas áreas e se fosse um curso de licenciatura de Medicina só poderiam ingressar com médias de 18 e 19. No Mestrado também entram com médias de 18 e 19, mas já com cursos de origem. Tem muitos colegas com o curso de enfermagem que estão a fazer o curso de Medicina, como dentistas, psicólogos e outras áreas. Uma vez que não há concursos para a função pública e os hospitais não estão a contratar, os profissionais acabam por ir para o setor privado. Havendo outro hospital, o Estado é obrigado a abrir concursos e talvez aí haja mais pessoas que possam concorrer e com a existência de mais especialistas. Acrescentou ainda que os especialistas que se encontram nos hospitais têm mais de 50 anos e explicou que um médico com 55 anos não é obrigado a fazer turnos noturnos. Daí que, muitas vezes as pessoas vão ao hospital à noite e tenham de esperar pela manhã seguinte ou tenham de deslocar a outra localidade distante, porque não há especialistas, pois aqueles que estão a trabalhar nos hospitais têm todos entre os 55 e 60 anos. -----

O deputado municipal GONÇALO SANTOS declarou não ser contra a construção do novo hospital, antes pelo contrário, mas, enquanto bombeiro, fazia emergência pré-hospitalar há muito tempo e sabia muito bem as condições em que se encontram os hospitais. Disse, que no Hospital de Lagos, da meia-noite às sete da manhã, não tem serviço de raio-X, de análises, o que significa que uma pessoa, de Sagres, Vila do Bispo, de Aljezur tenha que se deslocar a Portimão, de madrugada, podendo morrer pelo caminho. Considerava que antes de se incentivar a construção de um novo hospital, se devia incentivar a criação de valências nos hospitais já existentes, de Lagos, Portimão e Faro. Disse que no pico do verão, em Portimão, chegam a estar ambulâncias retidas durante horas consecutivas por falta de macas e questionou se não existem macas, que é o básico dos básicos, como se poderia trabalhar. A situação era crítica, conhecendo o caso de Lagos onde trabalhava. Reiterou não ser contra a construção, mas achava que se devia apostar no reforço das valências onde já existem hospitais. Deu o exemplo do presidente da Assembleia de Lagos, o Dr. Paulo Morgado, também presidente da ARS do Algarve, conhecedor perfeito das condições do hospital de Lagos e, enquanto presidente da Assembleia, fez várias petições para a construção de novo hospital em Lagos ou para a remodelação do já existente, sem resultados até à data. -----

O PRESIDENTE DA MESA agradeceu o contributo do deputado que iria ser importante na próxima reunião que ira ter, uma vez que estavam a falar de Saúde e se tratava um de um problema transversal ao Hospital Central. E aquelas questões, como a da escassez de macas, desconhecia que ainda aconteciam. Agradeceu o contributo e assegurou que iria abordar a questão levantada pelo deputado, na reunião seguinte em que falarem sobre a Saúde no Algarve. -----

Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da **moção "Pelo Hospital Central do Algarve"**. -----

Deliberação: APROVADA por MAIORIA, com o seguinte resultado: -----

CARLOS BRUNO CORREIA DE ALMEIDA	Votou a favor
GONÇALO ALBANO DOS SANTOS	Votou a favor
MAURO SALVADOR ALVES	Votou a favor
JOSÉ ARMANDO VICENTE RAMOS LOPES	Votou a favor
PAULO ALEXANDRE DUARTE ROSA	Votou a favor
CARLOS ALBERTO ALBANO ÁGUAS	Votou a favor
MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS	Votou a favor
STEPHEN JOHN HUGMAN	Votou a favor
FERNANDO DA QUINTA ANTÓNIO	Votou a favor
MARIA DE AIRES CAEIRO MARTINS	Votou a favor
FERNANDO DA QUINTA ANTÓNIO	Votou a favor
SÍLVIA BÁRBARA DUARTE PINTO NETO RODRIGUES DA SILVA	Votou a favor
ANTÓNIO JOSÉ DAS DORES JUSTINO	Votou a favor
MIGUEL ALEXANDRE LOPES FERREIRA	Votou a favor
JOSÉ MANUEL PEREIRA GONÇALVES	Votou a favor
MARTA SOFIA TIAGO MARTINS	Votou a favor
JOSÉ GONÇALO NOBRE DUARTE SILVA	Votou a favor
JOÃO MIGUEL DIAS DA SILVA	Absteve-se

Votos a favor: **dezassete**; abstenções: **uma**; votos contra: **zero**. -----

Aprovação em minuta.-----

Após elaboração, a SEGUNDA SECRETÁRIA leu, em voz alta, a minuta da ata, após o que, em cumprimento do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 SET, e n.º 4 do art.º 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o PRESIDENTE DA MESA colocou à apreciação do Plenário a sua aprovação.-----

Deliberação: APROVADA por UNANIMIDADE. -----

O documento constitui o [anexo I/11]. -----

Antes de dar por concluída a sessão, o PRESIDENTE DA MESA dirigiu-se ao executivo, sobre um assunto da atualidade que é o Coronavírus. Foram confrontados nos dias precedentes com a presença do Coronavírus em Portimão, onde já foram encerradas escolas e planeia-se o encerramento imediato de ginásios, museus e outros até 31 MAR pf. Este é um tema candente de preocupação, por haver responsabilidades políticas e autárquicas e ser urgente a tomada de medidas. Embora não constasse da Ordem de Trabalhos, é pertinente questionar, assim, a Câmara sobre que medidas estão a ser tomadas ou estão planeadas tomar em relação à questão. O município de Monchique tem também equipamentos, como as piscinas, o ginásio e outros espaços de utilização coletiva e pública, que devem preocupar os responsáveis. -----

A vereadora ARMINDA ANDREZ disse que o PRESIDENTE DA CÂMARA marcou uma reunião para as 10h30 de amanhã, 10 MAR, com a Comissão de Proteção Civil e já se procede à elaboração do Plano de Contingência para ser divulgado logo que aprovado. -----

O PRESIDENTE DA MESA justificou a pertinência, pela existência de estudantes que frequentam as escolas de Portimão e solicitou que fosse dado conhecimento oficial das conclusões emanadas da reunião do dia seguinte. -----

A deputada municipal SÍLVIA BÁRBARA SILVA, enquanto funcionária do município de Portimão, informou que vários serviços já foram encerrados ao público. Os centros comunitários também iriam encerrar ao público, as reuniões foram canceladas e o atendimento ao público vai ser limitado ao imprescindível, estando a ser cancelados todos os atendimentos até ao final do mês em curso. -----

O deputado municipal CARLOS ÁGUAS referiu haver alunos que frequentam a escola Teixeira Gomes, onde já foi diagnosticado um caso numa professora e na filha. Esses alunos já estão em casa, porque a escola está fechada. Seria bom, na sua perspetiva, saber-se se iria haver algum acompanhamento desses alunos, se iam estar em casa ou se iam sair, porque o contágio acontece ainda antes da apresentação de sintomas. -----

O PRESIDENTE DA MESA acrescentou que uma reunião da Proteção Civil conta com a presença da Delegada de Saúde que iria dar as indicações necessárias e adequadas para todas aquelas situações. -----

A deputada municipal MARIA DE AIRES MARTINS disse ter-lhe sido comunicado naquele dia que todos os alunos das escolas que tiveram contacto direto, tanto com a professora como com a aluna referenciadas, foram, naquela manhã, contactados pela Saúde Pública de Portimão. Os que tiveram contactos indiretos com as pessoas infetadas foram aconselhados a ficar em casa. Assim que aparecerem sintomas têm que ligar para a Saúde 24. Até às 18h00 daquele dia, não havia registo de casos em Monchique, mas com a situação do fim-de-semana que trouxe forasteiros a Monchique, com os contactos que houve na escola em Portimão, muitos alunos e outras pessoas que vão nos autocarros para Portimão, as hipóteses de contágio multiplicam-se. -----

O vereador HUMBERTO SÉRIO partilhou uma experiência pessoal que considerou demasiado preocupante e que tem a ver com os Planos de Contingência, não do setor público, mas do setor privado. Profissionalmente, é responsável por uma multinacional espanhola que lançou um Plano de Contingência, desde a semana anterior, e que tem a ver com tudo o que seja o contacto humano. Disse ainda que naquele dia recebeu uma mensagem da Direção, que já cortou 70% do orçamento que estava destinado para o ano presente, prevendo-se que o problema económico venha a ser muito duro e, principalmente para o Algarve, que depende muito do turismo. Não era uma questão de alarme, mas um facto, confirmado até pelas reservas que já foram canceladas em todos os hotéis no Algarve. Mas quis partilhar aquilo que sentiu naquele dia numa empresa privada, tendo sido proibido de manter contacto com os seus colegas, ou seja, ficou no seu gabinete, fizeram uma videoconferência com Madrid, mesmo internamente estavam em gabinetes ao lado e falavam uns com os outros por telefone, o que leva a encarar muito seriamente a questão do contacto pessoal, a higiene das mãos, o evitar levar as mãos à cara. As duas pessoas mais velhas, que naquela semana irão para a reforma, foi-lhes dada indicação por Espanha para não irem trabalhar e para ficarem em casa, porque todas as pessoas que possam ter problemas de coração, ou hepáticos são muito problemáticas, porque se foram contagiadas serão essas que estão em maior risco. Tudo o que se fala das crianças é algo alarmista, mas tem de haver precauções porque as crianças são mais transmissoras do que os adultos. Por isso, com a situação de Portimão, estava preocupado porque a escola Poeta Aleixo ainda não foi encerrada e já deveria ter sido naquele dia, porque os contactos existem. As viagens de trabalho na sua empresa foram canceladas e, por isso, todo o

cuidado que possam ter no contacto pessoal será pouco para impedir que venham a ter uma situação, não só no caso específico do Algarve, mas em Portugal, idêntica àquela que se passa em Itália. Os seus colegas italianos não saem praticamente de casa e, no país estão 16 milhões de pessoas praticamente fechadas em casa. -----

O deputado municipal JOSÉ MANUEL GONÇALVES, presidente da Junta de Freguesia de Alferce, disse achar que não se está a fazer o que se deveria. Há uma semana que tenta contactar a DGS e a Segurança Social, por ser presidente da Casa do Povo de Alferce que tem duas instituições de idosos, e até aquele dia, não recebeu qualquer resposta. Assim, elaboraram um plano de contingência, há uma semana, implementaram medidas um pouco 'ad hoc' mas que tinham de ser implementadas e, quando finalmente chegou o Plano de Contingência tipo da ANAFRE, o que tinham feito 'ad hoc' era dez vezes mais desenvolvido e aprofundado. Deu o exemplo de que têm duas funcionárias que têm dois filhos na escola, no 12.º ano, e que tiveram contactos, mesmo que indiretos, com a professora de Portimão. Uma das raparigas está em quarentena, mas a irmã mais nova, que anda noutra escola em Lagoa, não está. Perguntou, assim, como era aquilo possível acontecer. E com o Centro de Dia e Centro de Apoio Domiciliário abertos não sabiam que medidas deviam tomar. Esperava que na reunião da manhã seguinte conseguissem pensar naquele assunto, mas a verdade era que se entrar dentro de uma IPSS, pode significar o seu fecho por falta de condições para suportar os encargos e ajudar os familiares. Ainda naquele dia cerca de cinco pessoas tinham-lhe dito que se não lhes fossem levar as refeições não tinham hipótese de sobreviver. Não sabia, pois, mesmo no caso de fecharem o serviço, como iriam dar condições de sobrevivência a essas pessoas que são utentes da instituição. -----

O PRESIDENTE DA MESA reforçou a necessidade e importância de haver decisões e medidas que resultem da reunião da comissão da Proteção Civil que iria ter lugar no dia seguinte.

Encerramento -----

Não havendo mais assuntos para tratar O PRESIDENTE DA MESA deu por encerrada a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique, pelas vinte e duas horas e trinta minutos do dia nove de março de dois mil e vinte da qual se lavrou esta ata que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento na Assembleia. -----

